



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

GEANE DE OLIVEIRA SOUSA

**ENTRE PANEAS E AFETOS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS
MERENDEIRAS NAS CRECHES DE GUARABIRA/PB**

**GUARABIRA/PB
2025**

GEANE DE OLIVEIRA SOUSA

**ENTRE PANEAS E AFETOS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS
MERENDEIRAS NAS CRECHES DE GUARABIRA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia/Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Pessôa da Silva

**GUARABIRA/PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725e Sousa, Geane de Oliveira.

Entre panelas e afetos [manuscrito] : a importância da atuação das merendeiras nas creches de Guarabira-PB / Geane de Oliveira Sousa. - 2025.

42 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2025.

"Orientação : Prof. Dra. Verônica Pessoa da Silva,
Departamento de Educação - CH".

1. Merendeiras. 2. Educação infantil. 3. Invisibilidade. 4.
Gênero. 5. Alimentação escolar. I. Título

21. ed. CDD 331.4

GEANE DE OLIVEIRA SOUSA

ENTRE PANELAS E AFETOS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS
MERENDEIRAS NAS CRECHES DE GUARABIRA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Pedagogia da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia

Aprovada em: 06/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Verônica Pessoa da Silva** (***.115.944-**), em **13/06/2025 12:06:15** com chave **f3bb7c0a486711f0b20906adb0a3afce**.
- **Thayana Priscila Domingos da Silva** (***.032.384-**), em **13/06/2025 12:11:37** com chave **b34ac256486811f0ae301a1c3150b54b**.
- **Débora Regina Fernandes Benicio** (***.993.384-**), em **13/06/2025 12:08:18** com chave **3d07ea10486811f08cd006adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 13/06/2025

Código de Autenticação: 287bdc



Às minhas filhas, Rafaella e Raíssa, que, com amor, paciência e carinho, caminharam ao meu lado em cada etapa desta jornada. Elas foram minha força nos dias difíceis e minha inspiração constante. E à minha neta Ana, que, mesmo tão pequena, já enche nossos dias de luz e esperança, DEDICO.

Trabalho das mulheres, especialmente aquele ligado ao cuidado, é historicamente invisibilizado, sendo visto como extensão de suas obrigações domésticas e não como atividade profissional que exige competências, saberes e reconhecimento.

(Helena Hirata, 2002)

RESUMO

ENTRE PANEIAS E AFETOS: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS MERENDEIRAS NAS CRECHES DE GUARABIRA/PB

BETWEEN POT AND AFFECTIONS: THE IMPORTANCE OF THE ACTIVITIES OF LUNCHMAIDS IN DAYCARE CENTERS IN GUARABIRA – PB

Autora: Geane de Oliveira Sousa¹
Orientadora: Verônica Pessôa da Silva²

Este trabalho tem como objetivo central analisar a importância do trabalho das merendeiras que atuam na Educação Infantil nas creches do município de Guarabira/PB. Mais do que relatar o cotidiano dessas mulheres, busca-se compreender a profundidade e a complexidade das atividades que realizam, as quais articulam alimentação, cuidado, vínculo afetivo e formação social das crianças. Trazer essas dimensões à tona representa uma forma de romper com o silenciamento histórico que recai sobre essas profissionais. Para alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos: refletir sobre as condições de trabalho das merendeiras, considerando os aspectos estruturais e simbólicos que impactam sua atuação; compreender como as questões de gênero, cuidado e invisibilidade social atravessam suas trajetórias; e mapear caminhos que promovam sua valorização institucional e política. A pesquisa está fundamentada em autores que discutem as relações entre trabalho, cuidado, gênero e educação, como Hirata (2002), Alves (2021), Soares (2019), entre outros. Metodologicamente, adotou-se a abordagem qualitativa, com uso de pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevista. Os resultados revelam condições de trabalho marcadas pela precariedade, baixos salários e escasso reconhecimento institucional. Diante disso, destaca-se a urgência de políticas públicas que valorizem essas profissionais e assegurem sua participação nas decisões pedagógicas e administrativas das instituições. Reconhecer o papel das merendeiras é reconhecer a centralidade do cuidado no processo educativo infantil.

Palavras-chave: Merendeiras, Educação Infantil, Invisibilidade, Gênero, Alimentação Escolar.

ABSTRACT

This study aims to analyze the importance of the work performed by school lunch workers in Early Childhood Education at daycare centers in the municipality of Guarabira, Brazil. More than reporting their daily routines, the research seeks to understand the depth and complexity of their tasks, which combine food provision, caregiving, emotional bonding, and the social development of children. Highlighting these dimensions is a way to challenge the historical silencing of these professionals. To achieve this, three specific objectives were outlined: to

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Campus III/CH, Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: geane.oliveira@aluno.uepb.edu.br

² Professora do Curso de Pedagogia do Campus III/CH, Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: veronicapessoa@servidor.uepb.edu.br

reflect on the working conditions of school lunch workers, considering both structural and symbolic aspects; to understand how gender, care, and social invisibility shape their trajectories; and to map out strategies that promote their institutional and political recognition. The study is grounded in theoretical frameworks on gender, care, labor, and education, drawing on authors such as Hirata (2002), Alves (2021), and Soares (2019), among others. Methodologically, it adopts a qualitative approach through bibliographic research and interview application. The findings reveal precarious working conditions, low wages, and institutional disregard. Thus, the study advocates for public policies that ensure the professional appreciation of lunch workers and include them in pedagogical and administrative decision-making processes. Recognizing their role means acknowledging the essential place of care in early childhood education.

Keywords: Lunch Ladies, Early Childhood Education, Invisibility, Gender, School Feeding.

1 INTRODUÇÃO

As merendeiras desempenham um papel crucial nas instituições de Educação Infantil, sendo responsáveis pelo preparo das refeições, pela organização da cozinha e, em muitos casos, pela higienização dos espaços destinados à alimentação, além de contribuírem para o cuidado e bem-estar das crianças. Apesar da importância de seu trabalho no contexto escolar, essas profissionais ainda enfrentam uma realidade de invisibilidade social e institucional, o que reforça a desvalorização do seu ofício dentro do ambiente educacional, especialmente nas creches e escolas públicas. A atuação das merendeiras vai além da simples função de preparar alimentos, elas estão inseridas em uma rede de cuidado que sustenta a dinâmica do cotidiano escolar, desempenhando um papel que articula saúde, nutrição, bem-estar e aprendizagem, sendo fundamentais para o desenvolvimento físico e emocional das crianças.

Conforme destaca Alves (2021), as merendeiras são figuras essenciais no cotidiano das instituições educacionais, pois garantem que as crianças tenham acesso a uma alimentação saudável, colaborando diretamente para a sua formação integral. No entanto, esse trabalho essencial é frequentemente desvalorizado e marginalizado, sendo percebido, por muitas vezes, como uma atividade secundária, com pouca ou nenhuma visibilidade nos debates pedagógicos ou nos processos formativos promovidos pelas escolas. Como enfatiza Soares (2019), o trabalho destas profissionais tende a ser subestimado, e suas ações são, muitas vezes, excluídas dos processos decisórios e da construção pedagógica das instituições, o que contribui para a sua marginalização dentro do espaço escolar.

A invisibilidade das merendeiras está atrelada à naturalização das atividades consideradas femininas, manuais e de cuidado, que, historicamente, foram relegadas a posições de menor importância dentro das hierarquias institucionais. De acordo com Hirata (2002), o trabalho de cuidado, amplamente atribuído às mulheres, sempre foi desvalorizado, sendo visto como algo que ocorre no âmbito privado e não digno de reconhecimento no espaço público e institucional. A presença predominante de mulheres nas funções de merendeiras reforça a ideia de que esse trabalho é uma extensão do cuidado doméstico para o contexto escolar, uma visão que contribui para a desvalorização dessa profissão e sua marginalização dentro da dinâmica educacional.

Essas profissionais, muitas vezes, enfrentam condições precárias de trabalho, como salários baixos, sobrecarga de tarefas e falta de reconhecimento institucional, aspectos que agravam sua invisibilidade no ambiente escolar. Silva e Ferreira (2020) apontam que, embora

o trabalho das merendeiras seja fundamental para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e para o bem-estar das crianças, essas profissionais ainda são, em grande parte, excluídas dos debates pedagógicos e das decisões que envolvem o processo educacional. A falta de capacitação específica e de valorização por parte das instituições educacionais e das políticas públicas, aliada à ausência de reconhecimento do seu papel no processo educativo, perpetua a condição de subalternidade das merendeiras.

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é analisar a importância do trabalho das merendeiras nas creches municipais, com ênfase naquelas que atuam em Guarabira, Paraíba.

A pesquisa busca compreender os aspectos estruturais, formativos e simbólicos que contribuem para a marginalização destas profissionais e analisar o impacto da sua invisibilidade na promoção de direitos fundamentais, como o direito à alimentação, ao trabalho digno e à educação de qualidade. O trabalho parte do pressuposto de que, para garantir a efetivação de direitos fundamentais no contexto da Educação Infantil, é essencial reconhecer e valorizar o papel das merendeiras que atuam no contexto escolar. (Brasil, 2009).

A relevância do tema se justifica pelo fato de que a alimentação escolar é um componente imprescindível do processo educativo. No contexto das políticas públicas, muitas são as iniciativas que se direcionam para essa finalidade. Na atualidade, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³ tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e jovens, promovendo uma alimentação saudável e, por conseguinte, favorecendo a aprendizagem e o rendimento escolar (Dall’Agnese.; Morshak Vieira; Giron, 2021). O PNAE também destaca que as merendeiras são peças-chave na sua execução, com responsabilidades que vão além do preparo dos alimentos, impactando diretamente no ambiente escolar e na formação integral dos alunos. O papel das merendeiras, portanto, não pode ser dissociado da promoção de uma educação integral que respeite os direitos e as necessidades das crianças.

Além disso, estudos recentes indicam que a valorização dos profissionais que integram a equipe escolar, como as merendeiras, contribui de forma significativa para a melhoria do ambiente educacional, o que resulta em um clima escolar mais saudável e

³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído em 1955 e atualmente regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, é uma política pública do Governo Federal brasileiro que garante a oferta de alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública, desde a educação infantil até o ensino médio. Coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o programa tem como objetivos promover a segurança alimentar e nutricional dos alunos, contribuir para seu crescimento e desenvolvimento, e apoiar a aprendizagem e o rendimento escolar. Além disso, o PNAE estabelece diretrizes como o respeito à cultura alimentar local e a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

colaborativo. Campos e Barbosa (2015) ressaltam que a inclusão desses profissionais nas discussões pedagógicas e a valorização de seu trabalho refletem positivamente no desenvolvimento das crianças, uma vez que o ambiente escolar se torna mais acolhedor e atencioso às necessidades de todos os envolvidos, colaborando para uma boa aprendizagem.

Com base nessa perspectiva, o presente estudo visa não apenas identificar e refletir sobre o trabalho das merendeiras nas instituições de ensino, mas, também, analisar as condições de trabalho dessas profissionais, considerando os aspectos estruturais e simbólicos que influenciam sua atuação, compreender como as questões relacionadas a gênero, cuidado e invisibilidade social permeiam suas trajetórias, e buscar caminhos que possam promover a valorização dessa profissão tanto no âmbito institucional quanto nas políticas públicas, superando a condição histórica de marginalização a que são submetidas. Ao dar visibilidade ao trabalho destas profissionais, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a importância de um ambiente educacional mais inclusivo, que reconheça e valorize o trabalho das merendeiras como parte essencial do processo educativo e da formação integral das crianças.

A primeira parte, intitulada "Trabalho do cuidado e a invisibilidade das mulheres", apresenta os fundamentos teóricos que embasam a discussão sobre o cuidado como uma prática historicamente atribuída às mulheres. Aborda as dinâmicas de gênero que contribuíram para a desvalorização de funções essenciais no ambiente escolar, como as exercidas pelas merendeiras, e analisa como a divisão sexual do trabalho impacta o reconhecimento social e institucional dessas profissionais.

Já em "As merendeiras na Educação Infantil: alimentação, cuidado e formação integral", discute o papel das merendeiras no cotidiano das creches, destacando sua importância na promoção de uma alimentação saudável e no desenvolvimento das crianças. Enfatiza como sua atuação vai além da nutrição, contribuindo diretamente para o bem-estar, a aprendizagem e a formação integral das crianças.

No terceiro tópico, "A realidade das merendeiras nas creches de Guarabira/PB: vozes e vivências", apresenta os dados da pesquisa de campo realizada nas creches municipais da cidade. Analisa as condições de trabalho, os relatos das merendeiras sobre suas experiências, as dificuldades enfrentadas e o nível de reconhecimento que recebem dentro da instituição escolar.

Por fim, na quarta parte, intitulada "Caminhos para a valorização: políticas públicas, formação e inclusão", são propostas estratégias voltadas ao reconhecimento e à valorização

das merendeiras. Entre as ações sugeridas, destacam-se a criação de políticas públicas específicas, a oferta de formação continuada e a inclusão efetiva dessas profissionais nos espaços de diálogo e construção pedagógica das instituições de ensino.

A motivação para a realização desta pesquisa surge da minha experiência como merendeira concursada desde 2021, o que permitiu a observação direta da realidade do trabalho nas cozinhas escolares. Durante esse período, constatou-se que, embora o ambiente seja frequentemente considerado apenas um espaço destinado ao preparo de alimentos, ele também constitui um local de escuta e de aprendizagem. No entanto, a presença dos alunos muitas vezes era restringida sob a justificativa de que “não era lugar para eles”.

Além disso, o trabalho das merendeiras raramente é reconhecido em sua integralidade, evidenciando a invisibilidade e a desvalorização dessas profissionais no contexto escolar. Essa situação configura a problemática central da pesquisa: a marginalização das merendeiras, apesar da importância de suas funções para a alimentação, o cuidado e o desenvolvimento integral das crianças.

Essa invisibilidade resulta na exclusão das merendeiras dos processos pedagógicos e das decisões institucionais, comprometendo não apenas sua valorização profissional, mas também a qualidade dos serviços oferecidos. Com base em minha experiência pessoal, percebo que o reconhecimento efetivo dessas profissionais é fundamental para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e para o fortalecimento do processo educativo como um todo.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para o debate acerca da necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que promovam a inclusão, o reconhecimento e a valorização das merendeiras como parte essencial do processo educativo.

2 A MERENDEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INVISIBILIDADE, GÊNERO E TRABALHO

denuncia a marginalização e a desvalorização que elas enfrentam, tanto socialmente quanto institucionalmente.

As merendeiras desempenham um papel fundamental nas escolas e creches do país, especialmente junto às crianças da Educação Infantil. Do preparo do cardápio à oferta dos alimentos, essas profissionais são chaves no processo de uma alimentação escolar consciente e na construção de hábitos saudáveis. Por esse motivo, a alimentação escolar é reconhecida como um direito fundamental, previsto no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e, portanto, o trabalho das merendeiras vai além da simples preparação de refeições:

As merendeiras exercem papel central na efetivação do direito à alimentação escolar, sendo agentes fundamentais na promoção da saúde e na formação de hábitos alimentares saudáveis, conforme diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Brasil, 2009 apud Santos; Fonseca, 2018, p.55).

No entanto, apesar da relevância de suas funções, essas profissionais ainda enfrentam uma série de desafios, como: baixos salários, desvalorização profissional e a ausência de reconhecimento institucional. A invisibilidade das merendeiras está intimamente relacionada ao modo como a sociedade percebe o trabalho doméstico e de cuidado, que historicamente foi associado ao espaço privado e às mulheres.

Nessa direção evidencia-se que o trabalho das merendeiras é frequentemente visto como uma extensão do cuidado doméstico para o contexto educacional, uma atividade de menor prestígio, que não é valorizada da mesma forma que outras funções dentro da escola. Essa visão reforça a desigualdade de gênero e a desvalorização do trabalho das mulheres, o que se reflete diretamente na invisibilidade das merendeiras. Hirata (2002) discute como a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres as tarefas de cuidado e de atividades domésticas, contribui para a marginalização dessas funções no espaço público, incluindo no ambiente escolar, ressaltando que:

A divisão sexual do trabalho baseia-se na ideia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. Ela é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. (Hirata, 2002, p. 280).

Além disso, a desvalorização das merendeiras é reforçada pela falta de inclusão destas profissionais nos processos pedagógicos e administrativos das instituições. A função das merendeiras tende a ser vista de forma secundária e elas são frequentemente excluídas das discussões sobre a qualidade educacional e a organização do ambiente escolar. Isso ocorre,

em parte, pela falta de reconhecimento do seu trabalho como parte integrante do processo de formação das crianças. A ausência de um envolvimento mais profundo com as práticas pedagógicas e a falta de um espaço de valorização e desenvolvimento profissional fazem com que a merendeira continue sendo uma figura marginalizada dentro da estrutura escolar. De acordo com Soares (2019, p. 82):

(...) A ausência de reconhecimento da merendeira como parte da engrenagem pedagógica escolar compromete não apenas sua valorização profissional, mas também o entendimento ampliado do que constitui o processo educativo.

A estrutura das creches e escolas, muitas vezes, não contempla a formação específica para as merendeiras, o que perpetua a ideia de que essas profissionais estão limitadas ao trabalho operacional de preparação de alimentos, sem a necessidade de formação ou integração aos debates pedagógicos. Essa situação contribui para a perpetuação de uma visão estigmatizada sobre o trabalho dessas profissionais, que não é reconhecido como uma atividade que faz parte da educação integral das crianças. A esse respeito, Bezerra (2020, p.48), argumenta que: “A exclusão dos profissionais de apoio à inclusão escolar, como as merendeiras, dos processos pedagógicos e administrativos comprometem sua valorização dentro da escola”.

Em certa medida a invisibilidade e desvalorização do trabalho das merendeiras também estão relacionadas à dificuldade de qualificar e reconhecer suas funções dentro de um contexto educacional mais amplo. A desconsideração pela formação específica dessas profissionais, por exemplo, impede que elas se integrem de maneira efetiva ao processo pedagógico e sejam valorizadas como peças essenciais dentro do funcionamento escolar. Assim, como argumenta Campos e Barbosa (2015, p. 112):

É fundamental repensar as estruturas e políticas públicas que envolvem o trabalho das merendeiras, reconhecendo-as como agentes de transformação e componentes essenciais da educação infantil, capazes de contribuir para o desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma, a primeira parte evidencia a necessidade urgente de uma revalorização do trabalho das merendeiras nas escolas, com a implantação de políticas públicas que incluam essas profissionais de forma ativa nos processos pedagógicos e administrativos. O reconhecimento do trabalho das merendeiras, sua capacitação e a integração delas aos debates pedagógicos são passos essenciais para superar a invisibilidade e garantir uma educação de

qualidade que contemple todos os aspectos do desenvolvimento infantil, incluindo a alimentação e o cuidado com as crianças. A valorização das merendeiras não apenas melhora suas condições de trabalho, mas também reflete na qualidade da educação oferecida às crianças, fortalecendo a rede de cuidado que sustenta o cotidiano escolar.

2.1 A merendeira como sujeito (in)visível na Educação Infantil

A merendeira ocupa uma posição estratégica nas instituições de Educação Infantil, sendo responsável pelo preparo das refeições e pela organização do ambiente onde as crianças se alimentam. Seu papel vai além da simples tarefa de cozinhar e servir alimentos, abrangendo também um aspecto afetivo e educativo, essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao garantir a alimentação das crianças, a merendeira também participa da construção de hábitos saudáveis e do estabelecimento de vínculos afetivos importantes para o bem-estar dos pequenos.

A hora da merenda, como aponta Teixeira (2018), não se limita ao consumo de alimentos, mas se configura como um espaço de socialização e aprendizagem, em que as crianças podem, por meio da interação com a merendeira, aprender sobre nutrição e o valor do cuidado com a alimentação.

Apesar da importância evidente do trabalho das merendeiras, elas continuam sendo vistas como invisíveis dentro das escolas. A invisibilidade das merendeiras também está diretamente relacionada à falta de reconhecimento institucional. Embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tenha como objetivo garantir uma alimentação adequada e saudável para as crianças, as merendeiras são frequentemente excluídas dos processos pedagógicos e administrativos das escolas. Silva e Ferreira (2020) argumentam que, mesmo com o crescimento das políticas públicas voltadas para a alimentação escolar, as merendeiras continuam a ser vistas apenas como executoras de tarefas operacionais, sem a possibilidade de participar das decisões que envolvem a gestão escolar ou as atividades pedagógicas. Esse distanciamento do contexto educacional em suas características mais amplas reforça a ideia de que esse trabalho não é parte importante do processo de ensino-aprendizagem, quando, na realidade, ele é essencial para a construção de uma educação integral e de qualidade.

Além disso, a falta de investimentos em formação e capacitação profissional contribui para a manutenção dessa invisibilidade. As merendeiras, em sua maioria, não recebem uma

formação específica para lidar com as questões nutricionais e pedagógicas envolvidas na alimentação escolar. A capacitação continuada, como observam Costa, Lima e Ribeiro (2002, p. 110), possibilita o aprimoramento de práticas educativas que contribuem para a qualidade da fazer-saber em educação:

A formação continuada é essencial para que os profissionais da educação possam aprimorar suas práticas pedagógicas, atualizando-se frente às novas demandas educacionais e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

No entanto, a escassez de programas de formação e a ausência de políticas de valorização do trabalho das merendeiras resultam em condições de trabalho precárias e em um cenário de desvalorização dessas profissionais, o que compromete sua capacidade de contribuir de forma plena para o desenvolvimento das crianças, restando o cantinho da cozinha para compartilhar suas experiências e dar suas opiniões ou contribuições.

No contexto das creches municipais de Guarabira/PB, essa realidade de invisibilidade se manifesta de maneira visível. As merendeiras enfrentam dificuldades como: sobrecarga de trabalho, baixos salários e a falta de reconhecimento por parte da gestão escolar e da comunidade inclusive, um recente projeto de lei votado no ano de 2025, pela Câmara Municipal e de autoria do poder executivo, exclui o cargo de merendeira dos quadros de servidores do município e esse trabalho vai passar a ser terceirizado, não havendo mais a possibilidade de se ingressar pela via do concurso público, o que vai dificultar e precarizar, ainda mais, o trabalho, que vai passar pela via do “favor político”, que persiste no cenário da educação no Brasil.

Apesar desses obstáculos, as merendeiras demonstram um compromisso afetuoso e diário com o bem-estar das crianças. Ao criar um ambiente acolhedor e atencioso durante o momento das refeições, elas desempenham um papel fundamental na construção de um espaço de convivência saudável e afetivo para os alunos. Embora essas ações sejam muitas vezes ignoradas, subestimadas e invisíveis - como, muitas vezes, é o trabalho doméstico da mulher, que muito faz, pouco é vista, agradecida ou valorizada - elas são essenciais para a qualidade do ambiente escolar e para o processo educativo como um todo.

É importante ressaltar que a invisibilidade das merendeiras não se dá apenas pela falta de reconhecimento social e institucional, mas também pela falta de uma valorização que se traduza em condições adequadas de trabalho.

As merendeiras são frequentemente desconsideradas como parte da equipe pedagógica, o que em Guarabira/PB só se intensifica e reduz sua capacidade de interação com

os educadores e de participação nas decisões que envolvem a educação das crianças. Esse distanciamento institucional não apenas enfraquece o trabalho das merendeiras, mas, também, contribui para um processo de desvalorização das práticas de cuidado com as crianças e da própria alimentação escolar, pois a profissional cansada e desmotivada não rende o que deveria; são questões tão delicadas que levam a trabalhadora a se despersonalizar, como relatado nos diários de Carolina Maria de Jesus (2007), quando descreve o corpo como uma máquina movida a trabalho.

O contexto das creches municipais de Guarabira/PB ilustra de forma evidenciada a perpetuação dessas condições de invisibilidade. As merendeiras da cidade enfrentam desafios diários relacionados à precariedade das condições de trabalho, à falta de valorização e ao baixo reconhecimento de sua função. Essas questões têm impacto direto na qualidade da alimentação escolar e no processo educativo como um todo.

No entanto, as merendeiras continuam desempenhando seu trabalho com dedicação, superando os obstáculos impostos pelas condições adversas e proporcionando, de forma silenciosa, um ambiente acolhedor e nutritivo para as crianças. O cenário dos próximos capítulos, após a terceirização, precisa continuar sendo investigado, para que a comunidade acadêmica possa dar voz a quem necessita e revelar a realidade da educação infantil.

Portanto, é fundamental que se repense a forma como o trabalho das merendeiras é percebido e valorizado nas escolas. Investir em capacitação profissional, garantir melhores condições de trabalho e reconhecer sua contribuição para o processo educacional, são medidas essenciais para transformar a realidade destas profissionais. Ao fazer isso, será possível criar um ambiente escolar mais justo, onde todos os envolvidos no processo educativo, incluindo as merendeiras, sejam devidamente valorizados por suas funções essenciais ao desenvolvimento integral das crianças.

2.2 Gênero, trabalho e a construção da subalternidade

A análise do trabalho das merendeiras sob a perspectiva de gênero considera o legado da divisão sexual do trabalho e do espaço social tradicionalmente reservado às mulheres. Essa abordagem contribui para compreender a subalternidade das merendeiras, que são majoritariamente mulheres, muitas vezes negras e de baixa renda. Essa perspectiva contribui para a construção da subalternidade das merendeiras, que são majoritariamente mulheres, muitas vezes, negras e de baixa renda. Sua inserção no mercado de trabalho ocorre em

condições precárias, com baixos salários, jornadas extenuantes e pouca ou nenhuma oportunidade de ascensão profissional (Brito; et al., 1998).

Soma-se a isso a questão da dupla jornada de trabalho à qual as mulheres estão submetidas. Trata-se de uma problemática que revela questões sociais e culturais abissais, em que:

A dupla jornada de trabalho, a baixa remuneração, o preconceito e a desvalorização, muitas vezes, não são questionadas nem pelas próprias mulheres, pois são tratadas como naturais. Poucas são aquelas que adquirem consciência destes mecanismos e se propõem discuti-los ou mesmo desafiá-los (Diogo; Coutinho, 2006, p. 137).

A terceirização dos serviços de alimentação escolar, implantada em diversas regiões do Brasil, incluindo a cidade de Guarabira, como se tratou no primeiro capítulo, agravou essa situação. Estudos realizados em Campinas-SP revelam que a terceirização resultou na precarização das condições de trabalho das merendeiras, com aumento da carga horária, redução de benefícios e diminuição do vínculo com a comunidade escolar. Para Takahashi et al., 2010, p. 363: (...) “A merendeira não é mais vista como uma ‘tia’, mas como alguém que chega lá, cozinha e vai embora”.

Além disso, a ausência de políticas públicas que reconheçam e valorizem o papel das merendeiras contribui para a manutenção de sua posição subalterna. Embora o PNAE preveja a participação de diversos atores no processo de alimentação escolar, as merendeiras muito raramente são incluídas nas discussões e decisões relacionadas ao planejamento e à execução das ações (Brasil, 2020).

Para romper com essa lógica, é necessário promover ações que reconheçam a importância do trabalho das merendeiras e que valorizem sua contribuição para a educação infantil. Essa importância reforça a necessidade da oferta de formação continuada, a busca de melhoria das condições de trabalho, a inclusão nas decisões pedagógicas e a promoção de uma cultura institucional que reconheça e respeite a atuação dessas mulheres como profissionais da educação.

2.3 A participação da merendeira no espaço escolar: desafios e possibilidades

A presença cotidiana da merendeira nas instituições de educação infantil vai além da tarefa de alimentar. A participação ativa dos profissionais de apoio escolar no processo educativo, reconhecendo-os como agentes fundamentais na construção de um ambiente

escolar acolhedor e afetivo. A autora Nunes (2014, p. 58) enfatiza que a presença constante desses profissionais contribui significativamente para o desenvolvimento emocional e social das crianças, especialmente nas fases iniciais da adaptação escolar:

A presença cotidiana da merendeira nas instituições de educação infantil vai além da tarefa de alimentar. Trata-se de uma presença significativa que, muitas vezes, se torna uma referência de acolhimento para as crianças pequenas, sobretudo nas fases iniciais da adaptação escolar. Nesse contexto, a merendeira ocupa um lugar simbólico de confiança e afeto, o que demonstra seu potencial de participação ativa no processo educativo.

Entretanto, apesar desse potencial, a inserção da merendeira nos espaços decisórios e pedagógicos das instituições ainda é limitada. Existe uma hierarquização das funções dentro da escola, em que os cargos considerados “técnico-pedagógicos” ganham mais visibilidade e prestígio, enquanto os de apoio, como o da merendeira, são colocados à margem (Frigotto, 2010). Essa separação acaba impedindo que a riqueza de suas experiências e vivências com as crianças seja aproveitada como parte do processo formativo.

A falta de reconhecimento profissional é reforçada por um ambiente institucional que, muitas vezes, reproduz práticas excludentes. As reuniões pedagógicas, os conselhos escolares e os momentos de planejamento, geralmente não incluem as merendeiras, mesmo quando se discutem temas diretamente ligados à alimentação ou à rotina diária das crianças. Tal ausência impede que essas profissionais compartilhem suas percepções, o que acaba por invisibilizar saberes importantes sobre as práticas alimentares, culturais e sociais das famílias e dos alunos.

Outro obstáculo relevante à participação das merendeiras no ambiente escolar é o despreparo das gestões para integrar essas profissionais às discussões institucionais. Muitas vezes, a ausência de uma cultura de valorização e escuta impede que sejam reconhecidas como agentes educativos. Isso demonstra como a escola ainda está enraizada em modelos hierárquicos que priorizam a racionalidade técnica em detrimento das relações humanas e afetivas. Para Saviani (2008, p. 14):

A pedagogia tecnicista, ao ensaiar transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu de vista a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações.

Por outro lado, algumas experiências exitosas apontam caminhos possíveis para transformar essa realidade. Iniciativas em escolas de Belo Horizonte/MG e Recife/PE, por

exemplo, mostram que, quando envolvidas em ações formativas e incluídas nos projetos pedagógicos, as merendeiras passam a desenvolver um senso de pertencimento institucional que favorece tanto o seu desempenho quanto o clima escolar como um todo (Lima; Costa, 2020). Nessas experiências, elas foram convidadas a participar de rodas de conversa com as crianças sobre alimentação saudável, de oficinas culinárias educativas e de debates com as famílias, contribuindo para uma educação mais integral e humanizada. Assim, em um país de dimensões continentais como o Brasil, só se conseguiu dados de participação das merendeiras dessas duas cidades, amplificando que, de fato, existe uma invisibilidade.

Ainda que pontuais, essas experiências indicam que, ao serem incluídas de forma efetiva nas ações da escola, as merendeiras ampliam seu papel social e ganham reconhecimento como educadoras. Essa valorização, além de promover autoestima e empoderamento, contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos entre todos os sujeitos da escola – crianças, profissionais e famílias –, promovendo uma cultura de cuidado coletivo.

Ainda nessa direção, deve-se considerar que “a atuação da merendeira está diretamente ligada ao direito das crianças à alimentação saudável e de qualidade, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 11.947/2009, que regulamenta a alimentação escolar” e, além disso, “tal vínculo confere ao trabalho dessas profissionais uma dimensão legal e ética que vai além da simples execução de tarefas operacionais, ressaltando a urgência de sua valorização profissional e institucional” (Recine, 2017, p. 45).

Portanto, para garantir uma efetiva inclusão da merendeira no espaço educativo, é fundamental repensar as práticas escolares, desconstruir visões estereotipadas sobre o trabalho feminino e promover uma gestão democrática, que reconheça todos os sujeitos como parte ativa do processo educacional. Isso inclui ações concretas como:

- Criação de espaços de escuta e diálogo com as merendeiras;
- Oferta de formações específicas, voltadas à nutrição infantil, pedagogia do cuidado e direitos educacionais;
- Participação ativa nos conselhos escolares e nos momentos de avaliação institucional;
- Revalorização do vocabulário institucional, evitando termos diminutivos como “tia da merenda” e adotando denominações mais respeitosas e profissionais.

Ao considerar tais medidas, abre-se espaço para uma escola mais inclusiva e democrática, na qual todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar são reconhecidos em sua dignidade e importância para o desenvolvimento integral das crianças.

3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E O COTIDIANO DAS CRECHES

A segunda parte trata da alimentação escolar como um direito fundamental assegurado a todas as crianças matriculadas na educação básica pública no Brasil. A Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituída pelo Governo Federal, tem como objetivo garantir a oferta de uma alimentação de qualidade, que não apenas atenda às necessidades nutricionais dos alunos e alunas, mas, também, promova a inclusão social e o acesso a hábitos alimentares saudáveis. No entanto, a construção e a implantação desse direito no contexto das creches públicas enfrentam desafios significativos.

O PNAE foi criado em 1955, mas foi com a reformulação de 2009 que o Programa passou a adotar diretrizes mais detalhadas, estabelecendo normas rigorosas sobre a qualidade nutricional das refeições, a inclusão de alimentos orgânicos e da agricultura familiar, além de incentivar a adoção de práticas alimentares saudáveis nas escolas (Brasil, 2020).

A alimentação escolar, portanto, deve ser compreendida como um elemento estratégico no desenvolvimento integral das crianças, influenciando diretamente sua saúde e aprendizado. A implantação desse Programa, no entanto, depende de uma série de fatores, entre os quais se destacam a gestão local e a capacitação das equipes responsáveis pela execução das refeições nas instituições.

De acordo com (Santos; Oliveira, 2021, p. 132):

Nos últimos anos, diversas pesquisas apontam que as creches públicas enfrentam dificuldades para garantir a qualidade e a diversidade alimentar previstas pelo PNAE. A escassez de recursos financeiros, à falta de uma infraestrutura adequada nas cozinhas escolares e as condições precárias de trabalho das merendeiras comprometem a eficácia das políticas públicas de alimentação.

As merendeiras, em grande parte, trabalham sobrecarregadas, sem formação continuada em nutrição e sem o suporte indispensável para atender às demandas do cotidiano escolar. Diante da escassez de recursos e de opções mais saudáveis, muitas vezes veem-se limitadas a oferecer biscoito Maria com leite, por acreditarem ser um alimento adequado para

crianças, embora seja rico em açúcar e pobre em nutrientes. Esse cenário evidencia que, apesar das boas intenções das políticas que regem a alimentação escolar, a prática vivida nas creches frequentemente se distancia das diretrizes estabelecidas.

Outro fator que contribui para essa disparidade é a terceirização dos serviços de alimentação escolar, que, em alguns casos, leva à precarização das condições de trabalho das merendeiras e à diminuição do vínculo entre as equipes de cozinha e a comunidade escolar (Silva, 2018).

No cotidiano das creches, as merendeiras enfrentam não só a pressão pela eficiência no preparo das refeições, mas também a falta de reconhecimento profissional e o estigma relacionado ao seu trabalho. Contudo, é essencial que se avance na implantação das políticas públicas de alimentação escolar, com o objetivo de garantir a melhoria das condições de trabalho das merendeiras e a efetividade das ações previstas pelo PNAE.

Isso envolve não apenas a revisão dos processos de gestão e a destinação de recursos mais eficazes, mas também a promoção de uma maior valorização do trabalho dessas profissionais, garantindo que elas tenham acesso à formação continuada, melhores condições de trabalho e reconhecimento por sua contribuição ao desenvolvimento das crianças.

3.1 A política de alimentação escolar no Brasil e o papel da merendeira

A alimentação escolar, como política pública, tem se consolidado ao longo das últimas décadas como uma estratégia essencial para o combate à desnutrição, à evasão escolar e à promoção da saúde no ambiente educacional. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955 e reformulado pela Lei nº 11.947/2009, representa o principal instrumento de implantação dessa política (Brasil, 2009). Seu objetivo é garantir o direito à alimentação adequada dos estudantes da educação básica pública, respeitando a cultura alimentar e promovendo hábitos saudáveis.

No entanto, embora o PNAE avance em aspectos nutricionais e pedagógicos, há uma lacuna evidente no reconhecimento das merendeiras como agentes centrais dessa política. A legislação prevê a atuação de nutricionistas, conselhos e gestores escolares, mas silencia sobre a participação efetiva das profissionais que executam diariamente o preparo das refeições (Silva; Ferreira, 2020).

A ausência de espaços de formação e de capacitação integram as problemáticas enfrentadas por essas profissionais, pois muitas delas ingressam no cargo sem qualquer preparação técnica, aprendendo por meio da experiência empírica ou de orientações pontuais fornecidas pelos profissionais de nutrição (Teixeira, 2018). Essa realidade reforça a ideia de que o trabalho da merendeira é simples e intuitivo, desconsiderando sua complexidade e os saberes envolvidos.

Ainda que iniciativas locais tentem suprir essa carência por meio de capacitações, essas ações geralmente são esporádicas, sem sistematização ou continuidade. Em Guarabira/PB, por exemplo, os relatos indicam que as formações são raras e, quando ocorrem, priorizam aspectos sanitários e operacionais, deixando de lado o potencial pedagógico e afetivo do trabalho dessas profissionais.

Assim, há uma incongruência entre o discurso institucional de valorização da alimentação escolar e a realidade enfrentada pelas merendeiras. Assim, para que o PNAE alcance seus objetivos de forma plena, é necessário reconhecer essas trabalhadoras como parte integrante da política, investindo em sua valorização profissional, inclusão nos processos pedagógicos e condições dignas de trabalho.

3.2 O cotidiano das creches e a centralidade do cuidado alimentar

Nas creches, especialmente nas de tempo integral, a alimentação assume um papel ainda mais central, sendo parte essencial da rotina e da própria estrutura pedagógica. Diferentemente de outras etapas da educação básica, na Educação Infantil, o cuidado e a educação se entrelaçam de forma indissociável (Brasil, 2009). Nesse contexto, a figura da merendeira ultrapassa a função de cozinheira: ela se torna também uma cuidadora, uma referência afetiva e uma colaboradora no processo educativo.

As refeições nas creches não são apenas momentos de nutrição, mas também de socialização, aprendizagem de hábitos, construção de autonomia e convivência. As merendeiras participam ativamente desse processo, ao conversar com as crianças, observar suas preferências alimentares, incentivar a experimentação de novos sabores e acolher suas demandas com sensibilidade. O ato de alimentar não se dá fora da ética do cuidado, da competência técnica e do compromisso social das creches e escolas com as crianças e suas famílias.

Contudo, essa dimensão do cuidado permanece invisibilizada pela estrutura institucional da escola, que tende a valorizar mais o trabalho pedagógico, enquanto desconsidera e desvaloriza o trabalho operacional.

Nas entrevistas realizadas com merendeiras das creches municipais de Guarabira/PB, muitas relataram a ausência de reconhecimento por parte da equipe pedagógica. De acordo com a merendeira Entrevistada 4 (2025): *“A gente cuida como mãe, vê se a criança comeu, conversa, consola quando chora... mas isso ninguém vê como trabalho de verdade.”* Essa fala revela como a prática cotidiana dessas profissionais está imersa em relações afetivas e éticas, que extrapolam a dimensão técnica da função.

Além disso, o relato aponta que muitas merendeiras são responsáveis, informalmente, por adaptar a alimentação de crianças com restrições alimentares, alergias ou dificuldades motoras, sem orientação técnica adequada. Isso evidencia o conhecimento prático acumulado por essas mulheres, que desenvolvem estratégias de cuidado mesmo diante da precariedade e da ausência de formação (Costa; Lima; Ribeiro, 2002).

A análise do trabalho da importância e do lugar que essas profissionais ocupam precisa ser revisitado e reconsiderado. Nas palavras de Santos (2005, p. 78):

O cuidado alimentar, portanto, não pode ser visto como um ato isolado ou secundário. Ele está profundamente articulado ao projeto pedagógico das creches, devendo ser planejado, refletido e valorizado como parte da formação das crianças. Nesse sentido, incluir as merendeiras nas discussões pedagógicas, nos conselhos escolares e nas formações institucionais é uma medida urgente para romper com a lógica da invisibilidade e promover uma educação verdadeiramente integral.

A superação dessa lógica também depende de uma mudança na cultura institucional das escolas, que ainda reproduzem hierarquias internas entre os profissionais da educação. Enquanto professores e gestores ocupam posições de destaque, as merendeiras permanecem à margem, mesmo sendo responsáveis por atividades fundamentais para o funcionamento da creche.

Por fim, é preciso reconhecer que o cotidiano escolar é construído por uma rede de sujeitos que contribuem de maneiras distintas, para o desenvolvimento das crianças. Valorizar o trabalho das merendeiras é também uma forma de reconhecer a diversidade de saberes e práticas que compõem a educação infantil, promovendo uma escola mais democrática, acolhedora e justa.

4 A (IN)VISIBILIDADE DAS MERENDEIRAS NAS CRECHES DE GUARABIRA/PB

A terceira parte deste trabalho trata da análise da visibilidade (ou invisibilidade) das merendeiras nas creches do município de Guarabira/PB, abordando a realidade dessas profissionais que atuam nas instituições de ensino infantil e os fatores que contribuem para a marginalização do seu trabalho. As merendeiras desempenham um papel fundamental na alimentação e bem-estar das crianças, mas, apesar disso, continuam sendo vistas como figuras invisíveis no contexto escolar. A análise das condições de trabalho e da percepção da sociedade sobre essas profissionais revela um quadro de invisibilidade estrutural, que reflete a desvalorização histórica das atividades de cuidado, tradicionalmente femininas, no Brasil (Hirata, 2002).

Nas creches de Guarabira/PB, a realidade das merendeiras não é muito diferente de outras regiões do Brasil. Muitas dessas profissionais, em sua grande maioria mulheres, enfrentam condições precárias de trabalho, como salários baixos, jornadas longas e falta de reconhecimento por sua contribuição na educação das crianças. Embora desempenhem uma função essencial no processo educacional, sua presença e atuação muitas vezes são negligenciadas pela gestão escolar e pela comunidade local. Esse fenômeno é agravado pela falta de políticas públicas específicas que promovam a valorização do trabalho das merendeiras e a sua inclusão nas discussões pedagógicas e administrativas das escolas (Gomes, 2015).

A entrevista realizada em Guarabira indica que as merendeiras da cidade enfrentam um conjunto de desafios comuns a outras regiões, como a falta de formação continuada e de condições adequadas para o preparo das refeições. Muitas vezes, as escolas não contam com infraestrutura suficiente para garantir a segurança alimentar, o que impacta diretamente na qualidade das refeições oferecidas às crianças.

Além disso, a ausência de acompanhamento nutricional direto nas unidades escolares e, em alguns momentos, a escassez de materiais adequados dificultam o trabalho das merendeiras, que precisam lidar com essas limitações sem o suporte necessário (Silva, 2018). Embora o cardápio seja elaborado por uma nutricionista do município para toda a rede de educação, não há orientações específicas sobre a montagem dos pratos, combinações alimentares ou porções ideais que favoreçam a aprendizagem, apesar de se saber que determinados nutrientes podem contribuir significativamente para esse processo.

A questão da invisibilidade das merendeiras também está intimamente relacionada à ideia de que seu trabalho é secundário, uma extensão das atividades domésticas e, portanto, desprovido de qualificação. Esse estigma se reflete no tratamento dado a essas profissionais, muitas vezes chamadas de "tias da merenda", o que, embora tenha um tom afetivo, reforça a ideia de que o trabalho delas não é profissional, mas sim uma forma de cuidado maternal (Santos, 2005). Além disso, o fato de muitas merendeiras serem mulheres pretas, de idade avançada e de baixa renda contribui para o agravamento de sua marginalização, uma vez que o trabalho dessas profissionais é desvalorizado em razão, também, de fatores raciais, classe social e etarismo.

Corroborando com essa discussão, Silva; Melo; Vasconcelos (2014, p. 433) destacam que:

O trabalho realizado por auxiliares de serviços gerais e merendeiras de escolas públicas é socialmente marcado pela invisibilidade e desvalorização, já que são atividades consideradas manuais, domésticas e naturalizadas como atributos femininos.

No entanto, apesar das condições adversas, às merendeiras de Guarabira têm se mostrado resilientes e comprometidas com o bem-estar das crianças. Muitas vezes, elas estabelecem relações de afeto e cumplicidade com os alunos, criando vínculos que vão além do simples fornecimento de alimentos. Esse aspecto afetivo da relação entre merendeira e criança é crucial para o ambiente escolar, pois favorece a construção de um espaço de acolhimento e segurança para os pequenos. Esse cuidado afetivo, no entanto, não é reconhecido como parte de sua função profissional, o que reforça a invisibilidade de seu trabalho (Teixeira, 2018).

Portanto, é necessário um movimento para transformar a realidade das merendeiras nas creches de Guarabira/PB, garantindo condições dignas de trabalho, incluindo salários justos, formação continuada e um reconhecimento público de sua importância dentro do processo educativo. Isso implica também em uma revisão das políticas públicas locais, para que as merendeiras sejam incluídas nas discussões sobre a alimentação escolar e possam, de fato, contribuir para a construção de uma educação infantil mais inclusiva e de qualidade. O reconhecimento de seu trabalho como profissional e a valorização de sua função é fundamental para quebrar o ciclo de invisibilidade que ainda persiste em muitas escolas do Brasil, incluindo as de Guarabira (Brito; et al., 1998).

4.1 Invisibilização e silenciamento: o lugar social das merendeiras na Educação Infantil

A presença constante das merendeiras em espaços centrais da rotina escolar, como as cozinhas, refeitórios e corredores por onde transitam crianças e educadoras. No entanto, essa presença concreta contrasta com a ausência simbólica dessas trabalhadoras nos documentos institucionais, nos planejamentos pedagógicos e nas instâncias decisórias da escola. Elas estão fisicamente presentes, mas social e profissionalmente invisíveis.

Essa invisibilidade pode ser compreendida à luz do conceito de "divisão sexual do trabalho", que associa as mulheres, especialmente as de camadas populares, às tarefas de cuidado e reprodução social – vistas como naturais, instintivas e, portanto, menos valorizadas (Hirata, 2002). O trabalho da merendeira, por estar historicamente vinculado ao feminino e à domesticidade, sofre com a desvalorização simbólica e a negação de seu caráter profissional.

Em Guarabira, essa realidade se expressa nas falas das próprias merendeiras, que relatam serem tratadas como "ajudantes", "pessoas de apoio" ou "cozinheiras", sem o devido reconhecimento do papel que exercem na formação das crianças. Segundo a merendeira Entrevistada 2: *“Aqui ninguém pergunta nossa opinião. É como se a gente só estivesse aqui pra cozinhar e limpar, mais nada.”* Essa percepção reforça o lugar de subalternidade a que essas mulheres são destinadas nas instituições educacionais.

Segundo Santos (2005), a Educação Infantil ainda reproduz práticas excludentes no que diz respeito à valorização dos diferentes profissionais que a compõem. Enquanto professores e coordenadores ocupam um lugar de prestígio, as merendeiras, auxiliares e zeladoras são vistas como suporte, sendo, muitas vezes, esquecidas nas formações, nos eventos pedagógicos e nos planejamentos escolares. Essa hierarquia se naturaliza e contribui para o silenciamento de vozes fundamentais para o funcionamento da creche.

Para Teixeira (2018, p. 92):

Embora as merendeiras possuam um conhecimento empírico valioso, desenvolvido no enfrentamento diário de desafios como a escassez de alimentos, a adaptação de cardápios e o manejo de crianças com restrições alimentares, esse saber frequentemente não é legitimado pela escola, por não se enquadrar nos moldes acadêmicos ou técnicos. Isso revela uma concepção limitada de educação que ignora saberes essenciais.

É necessário, portanto, pensar a escola como um espaço plural, onde todos os sujeitos que a compõem possam ser reconhecidos e valorizados em sua função social. O trabalho das merendeiras não é acessório, mas estruturante da educação infantil. Reconhecê-las é, acima de tudo, um ato de justiça social.

4.2 A experiência das merendeiras nas creches municipais: relatos, saberes e resistências

A pesquisa de campo realizada nas creches municipais de Guarabira/PB revelou aspectos significativos da experiência das merendeiras que desafiam a lógica da invisibilização. Apesar das dificuldades enfrentadas – como baixos salários, carga horária exaustiva e ausência de reconhecimento – essas mulheres constroem, em seus cotidianos, formas de resistência, solidariedade e afetividade que contribuem diretamente para o ambiente educativo.

Em entrevistas realizadas com as quatro merendeiras já citadas acima, identificou-se uma constante preocupação com o bem-estar das crianças. Muitas relatam memorizar as preferências alimentares de cada aluno, adaptar receitas para crianças com alergias e criar estratégias para incentivar hábitos saudáveis. Como afirma a entrevistada 4: *“Tem criança que só come se o arroz ficar mais soltinho. Já outros, preferem o caldinho de feijão. A gente aprende o jeitinho de cada um”*. Essas ações mostram que o trabalho da merendeira é também um trabalho pedagógico, ainda que não formalmente reconhecido como tal.

Segundo Costa, Lima e Ribeiro (2002), o conhecimento dessas profissionais é construído a partir da prática, da observação, do afeto e da repetição. Trata-se de um saber que não se aprende em manuais, mas que se transmite oralmente, por meio da convivência e da experiência compartilhada. Isso cria uma rede de apoio e solidariedade entre as próprias merendeiras. Elas se apoiam, se protegem e resistem coletivamente às adversidades do trabalho.

Outro dado relevante registrado nas entrevistas foi o sentimento de exclusão institucional. As merendeiras relataram que raramente são convidadas para as formações da escola e que seus horários de trabalho dificultam a participação em reuniões. Essa exclusão reforça a ideia de que seu trabalho é técnico e operacional, desconsiderando sua dimensão educativa. Para Takahashi et al. (2010), esse tipo de segregação é um dos principais obstáculos à construção de uma escola democrática e integrada.

Scott (1990, p. 31), destaca a busca de alternativas por essas profissionais, como forma de vencer a exclusão:

Ainda assim, mesmo diante da exclusão, as merendeiras constroem formas próprias de protagonismo. Em uma das escolas, por exemplo, uma merendeira criou um caderno de receitas, onde registrava preparações bem aceitas pelas crianças, adaptando ingredientes

conforme a realidade da creche. Essa iniciativa passou a ser referência entre outras colegas, que passaram a contribuir com sugestões. Essa prática é uma forma de agência – ou seja, de ação intencional e criativa no enfrentamento das condições adversas.

Essa alternativa também se manifesta em pequenas resistências cotidianas, como na forma de lidar com gestores que desvalorizam seu trabalho, ou na defesa das crianças em situações de negligência. Muitas vezes, a merendeira é a primeira a perceber que uma criança não está se alimentando bem, que apresenta sinais de tristeza ou que chegou à escola com fome. Seu olhar atento e sensível é parte fundamental do cuidado integral que a creche deve garantir.

Portanto, o trabalho das merendeiras nas creches de Guarabira/PB não pode ser reduzido à preparação de alimentos. Ele envolve escuta, acolhimento, ensino, zelo, persistência, sobretudo, de resistência e amor. Trata-se de um fazer pedagógico que precisa ser reconhecido, valorizado e integrado à proposta educativa da escola. Invisibilizar essas mulheres é negar a complexidade do cotidiano escolar e reproduzir desigualdades históricas que a educação pública tem o dever de combater.

5 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada da realidade social estudada, considerando a complexidade e a subjetividade dos fenômenos envolvidos.

A pesquisa exploratória teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, a partir de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à temática da invisibilidade das merendeiras no contexto educacional. De acordo com Oliveira (2016, p. 65), esse tipo de pesquisa consiste em dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos.

A pesquisa foi realizada na zona urbana do município de Guarabira, localizado no estado da Paraíba, foi realizada no final do ano de 2024 e início de 2025. Teve como público-alvo as merendeiras que atuam nas creches da rede municipal de ensino. A amostra

foi composta por quatro profissionais que exercem a função de merendeira nessas instituições. A seleção foi feita de forma intencional, considerando a disponibilidade das participantes e sua experiência no contexto escolar e a escolha desse grupo justificou-se pela relevância de suas vivências para a compreensão da problemática investigada, especialmente no que diz respeito à disponibilidade que apresentaram em participar da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista, contendo perguntas abertas e fechadas, cujo roteiro foi elaborado com o objetivo de conhecer as percepções, experiências e condições de trabalho das merendeiras. O instrumento foi aplicado pessoalmente junto às participantes, permitindo que respondessem de forma autônoma, sem a presença da gestão ou outros servidores. Essa estratégia visou garantir maior liberdade e autenticidade nas respostas, respeitando o tempo e o contexto de trabalho das respondentes.

As perguntas realizadas foram elaboradas em conjunto com a orientadora, durante reuniões de orientação, com o objetivo de compreender tanto o perfil socioeconômico e profissional das participantes quanto às condições de trabalho às quais estão submetidas. Antecedeu a realização das entrevistas e leitura e a assinatura, mediante a anuência, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo a esse Trabalho de Conclusão de Curso.

A construção do instrumento buscou captar aspectos como escolaridade, tempo de serviço, remuneração, satisfação, estrutura do ambiente laboral e participação no planejamento da merenda escolar, visando fornecer uma visão abrangente da realidade vivida por essas profissionais.

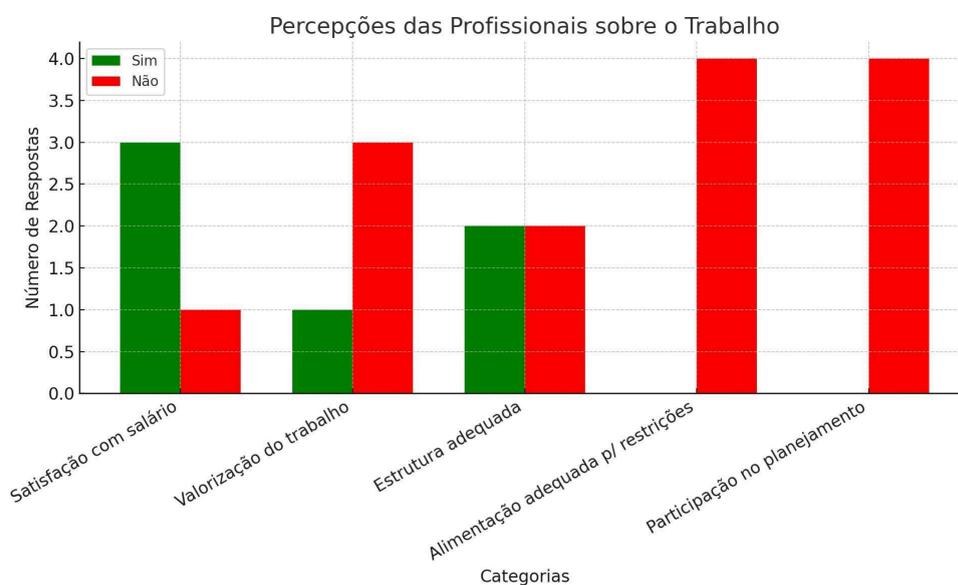
TABELA 1 - Perguntas realizadas pela pesquisadora e respostas das entrevistadas

Perguntas	Respostas
Idade	34, 37, 47 e 54 anos
Escolaridade	2 com Ensino Fundamental incompleto; 2 com Ensino Superior completo

É concursada?	3 participantes eram concursadas e 1 contratada
Jornada de trabalho	Todas trabalham das 7h às 16h
Tempo de atuação na função	34 anos: desde 2021; 37 anos: desde 2021; 47 anos: 4 anos; 54 anos: 27
Remuneração e satisfação	Todas recebem o salário mínimo vigente; 2 estão satisfeitas e 2 insatisfeitas
Percepção de valorização do trabalho	1 considera seu trabalho valorizado; 3 afirmam que não há valorização
Estrutura do local de trabalho	2 consideram adequada; 2 consideram precária
Distribuição da merenda	Todas afirmaram que a merenda é distribuída pela UPAE (Unidade de Processamento de Alimentos)
Alimentação para alunos com restrições alimentares	Todas responderam que não há alimentação apropriada para alunos com restrições, comem a mesma comida dos demais.
Responsabilidade pelo fornecimento dos alimentos	Todas confirmaram que a UPAE é responsável pelo fornecimento e distribuição dos alimentos
Participação no planejamento da alimentação escolar	Nenhuma das participantes é consultada ou participa do planejamento

Fonte: Dados coletados pela autora, 2025.

Para melhor visualização, segue a imagem de um gráfico com as informações obtidas:



Elaborado pela autora, 2025.

Cada pergunta, que será apresentada a seguir com base nas respostas obtidas e analisadas qualitativamente, buscando interpretar não apenas os dados objetivos, mas também os significados atribuídos pelas participantes às suas experiências no ambiente escolar.

6 RESULTADOS

A seguir, apresentam-se os principais resultados da pesquisa, organizados por categorias temáticas, conforme emergiram da análise de conteúdo das entrevistas às merendeiras das creches municipais de Guarabira/PB.

6.1 Jornada de trabalho

As participantes informaram que a jornada de trabalho inicia-se às 7h e encerra-se às 16h. Esse horário estendido indica uma carga significativa de atividades diárias, o que pode influenciar na qualidade do desempenho e nas condições físicas das profissionais.

6.2 Treinamento profissional

A maioria das merendeiras afirmou ter recebido algum tipo de treinamento específico para exercer a função. No entanto, não foram relatados detalhes sobre o conteúdo, a carga horária ou a frequência dessas formações, o que limita a compreensão da efetividade desses processos.

6.3 Escolaridade

Verificou-se que duas das participantes possuem Ensino Superior e as outras duas, Ensino Fundamental incompleto. As com ensino superior foram as que se sentem insatisfeitas com a remuneração.

6.4 Remuneração

Houve uma distinção nas percepções: as merendeiras com menor escolaridade demonstraram maior conformidade com os valores recebidos, enquanto aquelas com maior nível de escolarização manifestaram insatisfação.

6.5 Participação no planejamento da alimentação escolar

As entrevistadas relataram que não participam do planejamento da merenda escolar, tampouco são consultadas sobre decisões relacionadas ao cardápio, que é previamente definido pela nutricionista do município, nem sobre a organização das refeições. Essa ausência de diálogo e participação pode reforçar a sensação de invisibilidade e contribuir significativamente para o sentimento de desvalorização profissional.

6.6 Percepção sobre relevância educacional e afetiva

A maioria das merendeiras não se sente reconhecida como parte significativa do processo educacional ou no vínculo afetivo com as crianças. Essa percepção pode estar relacionada à ausência de interação mais ativa com os demais profissionais da escola e à falta de reconhecimento institucional.

6.7 Estrutura do local de trabalho

As respostas indicam opiniões divergentes quanto à estrutura física dos ambientes de trabalho: algumas consideram o espaço adequado, enquanto outras apontaram problemas estruturais. Não foram descritas, porém, as naturezas específicas dessas inadequações.

6.8 Distribuição da merenda

As participantes informaram que a distribuição da merenda é realizada pela Unidade de Processamento de Alimentos Escolares (UPAE), utilizando cubas térmicas para o transporte até às creches, que esse serviço é feito pelos homens que são merendeiros concursados e contratados. Esse sistema centralizado pode interferir na autonomia e na organização local do serviço.

6.9 Alimentação para alunos com restrições alimentares

Segundo os relatos, não há oferta de alimentação adaptada para alunos com intolerâncias ou restrições alimentares. Essa ausência representa um desafio no atendimento inclusivo e na garantia do direito à alimentação adequada dessas crianças.

6.10 Parcerias e fornecimento de alimentos

As profissionais não souberam informar sobre a existência de parcerias institucionais para o fornecimento de alimentos. Foi mencionado apenas que a responsabilidade pelo envio dos insumos é da UPAE.

Os dados revelaram que as participantes, majoritariamente com baixa escolaridade, atuam como servidoras concursadas em jornadas fixas e recebem o salário mínimo. Embora duas se declarem satisfeitas, apenas uma sente seu trabalho valorizado. A estrutura do local é considerada precária por metade delas e nenhuma participa do planejamento da merenda escolar. Todas apontam a ausência de alimentação adequada para alunos com restrições alimentares. Observa-se, portanto, um cenário de exclusão decisória e subvalorização profissional.

7 CONCLUSÃO

O trabalho realizado teve como objetivo discutir a importância do trabalho das merendeiras nas creches e escolas públicas, com uma abordagem centrada nas questões de gênero, trabalho e políticas públicas relacionadas à alimentação escolar. O estudo se propôs a analisar as condições de trabalho das merendeiras, as razões históricas para sua marginalização e os impactos dessa invisibilidade no contexto educacional, com foco específico nas creches municipais de Guarabira/PB.

A pesquisa também discutiu as implicações dessa invisibilidade para o processo educativo, ressaltando a necessidade de uma valorização maior do trabalho dessas profissionais, com uma reflexão crítica sobre as políticas públicas e as práticas pedagógicas nas escolas.

Primeiramente, a análise mostrou que o trabalho das merendeiras, muitas vezes, é entendido de maneira restrita, sendo associado apenas à tarefa de preparar e distribuir a alimentação. Contudo, a função dessas profissionais vai muito além de um trabalho operacional, pois elas são responsáveis por um aspecto fundamental da saúde e do desenvolvimento das crianças, que é a alimentação. Ao preparar as refeições, as merendeiras contribuem para a construção de hábitos alimentares saudáveis e para o desenvolvimento de uma relação positiva com a comida, um elemento essencial para a formação integral dos alunos.

Contudo, o trabalho das merendeiras é invisibilizado de diversas maneiras. A pesquisa demonstrou que essa invisibilidade é, em grande parte, uma consequência da histórica desvalorização das atividades de cuidado, tradicionalmente associadas ao universo feminino. Atividades como o preparo de alimentos, que exigem cuidados e atenção, são percebidas como secundárias, o que resulta na exclusão das merendeiras dos processos pedagógicos e administrativos das escolas. Elas são, em sua maioria, mulheres, e esse fator de gênero contribui para a marginalização de seu trabalho, que é frequentemente considerado "natural" e, portanto, desvalorizado.

Além disso, a análise das políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mostrou que, embora haja avanços na oferta de alimentação escolar, as merendeiras ainda são vistas apenas como executoras das políticas, sem uma participação efetiva nas decisões relacionadas à alimentação e ao processo educacional como um todo. A falta de inclusão das merendeiras nos debates pedagógicos e administrativos nas escolas é um reflexo da visão limitada de seu papel no ambiente escolar. A exclusão dessas profissionais dos espaços de decisão contribui para a perpetuação de uma visão hierárquica nas instituições educacionais, em que o trabalho das merendeiras continua sendo desconsiderado como parte integrante do processo educativo.

Outro aspecto fundamental abordado no trabalho foi à questão das condições de trabalho das merendeiras. A pesquisa revelou que, nas creches de Guarabira/PB, essas profissionais enfrentam uma realidade de sobrecarga de trabalho, baixos salários e falta de reconhecimento por parte da gestão escolar. A falta de investimentos em formação

profissional também foi apontada como um fator que contribui para a marginalização das merendeiras, já que muitas delas não recebem capacitação específica para lidar com as demandas nutricionais e educativas envolvidas na alimentação escolar. A pesquisa destaca a importância de programas de capacitação que permitam às merendeiras desempenhar um papel mais ativo na promoção de hábitos saudáveis e na interação pedagógica com as crianças.

Além das condições de trabalho, o estudo também evidenciou a importância do trabalho afetivo realizado pelas merendeiras, que se torna um elemento fundamental para a criação de um ambiente escolar acolhedor e positivo. Como menciona Teixeira (2018), o momento das refeições nas escolas é um espaço privilegiado de socialização, onde as crianças não apenas se alimentam, mas também aprendem sobre convivência, respeito e cuidados mútuos. Nesse contexto, as merendeiras desempenham um papel crucial na criação de um ambiente de confiança e afeto, que contribui para o bem-estar emocional e social dos alunos.

Diante desse cenário, o trabalho conclui que é imprescindível que as merendeiras sejam reconhecidas como parte integral do processo educacional. É necessário que as políticas públicas garantam a valorização dessas profissionais, oferecendo melhores condições de trabalho, capacitação contínua e participação nos processos pedagógicos e administrativos das escolas.

A invisibilidade das merendeiras nas instituições de Educação Infantil não é apenas uma questão de reconhecimento do trabalho, mas também de justiça social e educacional. O papel dessas profissionais deve ser compreendido como parte fundamental da educação integral, que vai além do ensino formal, e envolve também o cuidado com a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento emocional das crianças.

A valorização das merendeiras não é uma questão apenas de melhorar suas condições de trabalho, mas também de combater a desvalorização das atividades de cuidado e, em especial, daquelas desempenhadas por mulheres. Essa reflexão sobre a valorização do trabalho das merendeiras é medida urgente, pois reflete questões estruturais da sociedade, como a desigualdade de gênero e a desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino, que precisam ser enfrentadas para garantir a equidade no ambiente escolar.

A transformação dessa realidade exige um esforço conjunto entre os gestores educacionais, as políticas públicas e a sociedade, para que as merendeiras possam ser reconhecidas e valorizadas como profissionais essenciais no processo educativo.

Neste sentido, é necessário também que as escolas promovam práticas inclusivas que reconheçam e integrem as merendeiras nos espaços de decisão e nas discussões pedagógicas. Sua participação nas reuniões de equipe, por exemplo, poderia ser uma forma de valorização simbólica e prática, permitindo que suas contribuições fossem ouvidas e reconhecidas. Além disso, é preciso que os gestores educacionais compreendam a importância do trabalho das merendeiras, não apenas como tarefas de apoio, mas como ações que impactam diretamente na educação e no desenvolvimento integral dos alunos.

Por fim, é fundamental que a sociedade em geral, incluindo pais e alunos, reconheça a importância do trabalho das merendeiras e se envolvam no processo de valorização desses profissionais. Muitas vezes, as merendeiras são as responsáveis por criar um ambiente acolhedor e seguro, onde as crianças se sentem cuidadas e respeitadas, nas suas individualidades e preferências alimentares. Esse reconhecimento é um passo crucial para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo, onde todas as profissões que compõem o cotidiano escolar sejam devidamente valorizadas e reconhecidas.

Portanto, a conclusão desse trabalho reforça a urgência de políticas públicas que assegurem melhores condições de trabalho, capacitação e inclusão das merendeiras no processo educativo. A valorização dessas profissionais é, sem dúvida, uma questão de justiça social e educacional, que nos faria acreditar que é possível a construção de uma sociedade mais igualitária e comprometida com o bem-estar de todas as suas crianças e profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. R. O trabalho das merendeiras no contexto da educação infantil: entre o cuidado e a invisibilidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 45-59, 2021.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 673-688, out./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>. [SciELO+8Periódicos UNOESC+8Periódicos Eletrônicos UFMA+8](#)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: manual de execução**. Brasília: FNDE, 2018.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAMPOS, M. M.; BARBOSA, M. C. A qualidade na educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 66-87, 2015.
- CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, S. S.; LIMA, R. D.; RIBEIRO, E. G. Capacitação e condições de trabalho das merendeiras nas escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação e Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 145-158, 2002.
- DALL'AGNESE, J.; MORSHAK VIEIRA, L.; GIRON, H. PNAE como instrumento pedagógico de fomento à saúde na Educação Básica de jovens brasileiros. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111189. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111189>. Acesso em: 21 maio 2025.

DANTAS, H. Educação, desenvolvimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 5-20, 1998.

DIOGO, M. F.; COUTINHO, M. C. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, São Paulo, v.11, n. 21, p. 121 - 142, 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v11n21/v11n21a07.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FÁVERO, M. L. A.; VIEIRA, S. L. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FONSECA, C. A. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, 1999.

FRIGOTTO, G. A produtividade do trabalho docente e a lógica do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1291-1316, 2004.

GONÇALVES, M. M. A divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho feminino. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 77-94, 2014.

HIRATA, H. O trabalho das mulheres: a questão da divisão sexual. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 215-230, 2002.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2007.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade cultural: revisitando debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **A construção da profissão docente: gênero, trabalho e identidade**. Educar em Revista, Curitiba, n. 23, p. 181-196, 2004.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIERUCCI, A. F. Os cuidados invisíveis: gênero, trabalho e desigualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 317-337, 2007.

RECINE, L. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 35-56, 2017. Disponível em: <https://qa1.scielo.br/j/edur/a/TBgxDhr8ZHrvXRXbKqgWMtS/>. Acesso em: 21 maio 2025.

SANTOS, Luciene dos; FONSECA, Alisson Diego de. A alimentação escolar como direito humano: avanços e desafios para a consolidação da política pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9wJNdQhQzfTPynwqs4gsJWP/>. Acesso em: 21 maio 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. São Paulo: EcosS, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, 1991.

SILVA, Jackeline Oliveira; MELO, Nedir Santana de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal de. A astúcia invisível de mulheres trabalhadoras de escola. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 3, p. 427-445, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?lng=pt&nrm=iso&pid=S1677-11682014000300002&script=sci_abstract. Acesso em: 30 maio 2025.

SOARES, M. F. A importância do trabalho das merendeiras na construção da rotina escolar. **Revista Educação e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 77-89, 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, A. P. A merendeira na escola: entre o cuidado e a educação. **Revista Brasileira de Educação Infantil**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 123-134, 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter sido meu amparo em cada momento de incerteza. Sua presença silenciosa me sustentou quando tudo parecia ruir, e foi Ele quem me deu forças para não desistir. Em especial, agradeço pela segunda chance que recebi: em 2021, ao acordar de um infarto, ainda no leito do hospital e após os procedimentos médicos, fui surpreendida com a notícia de que havia sido aprovada no curso de Pedagogia. Naquele instante, minha vida se renovou em todos os sentidos. Começava ali uma nova jornada, marcada pela fé, pelo recomeço e pela esperança.

Com saudade eterna, agradeço ao meu querido pai, Manoel (*in memoriam*), que partiu cedo e de forma inesperada. Sua presença ainda vive em mim, nas lembranças e no amor que permanece na saudade. Sinto-o a cada passo, como uma força invisível que me ampara nos dias difíceis.

À minha mãe, Maria de Fátima, mulher forte, que enfrentou a vida com bravura e dignidade, criando sozinha seus quatro filhos, fazendo de tudo com o pouco que tinha e sabia para que fôssemos pessoas íntegras. Seu exemplo de coragem, firmeza e amor é minha bússola. Tudo o que sou tem um pouco de tudo que aprendi com você.

Aos meus irmãos, que compartilham comigo uma vida inteira de afeto e união: Geruza, cuja determinação me impulsiona; Genálria, com sua calma que acolhe; Jefferson, com seu jeito leve e espontâneo, que alegra qualquer ambiente; e Igo, mesmo de longe, sempre me enviou boas vibrações, e eu sentia cada uma delas. Somos frutos de uma mesma árvore, e levo vocês comigo em cada conquista.

Ao meu companheiro de caminhada, Rosinaldo, que durante mais de três décadas esteve ao meu lado em todos os momentos. Sempre o vi levar nossas filhas à escola, dos primeiros dias até o último. E, com o mesmo carinho e compromisso, ele fez isso comigo: me acompanhou também na minha própria jornada escolar.

Com todo o meu amor, agradeço às minhas filhas, Rafaella e Raissa, luzes da minha vida, razões do meu viver. Foi por vocês que eu não desisti. Quando souberam da minha aprovação no curso, ainda no hospital, foram as primeiras a segurar minha mão com firmeza e me prometer que estaríamos juntas até o fim. Vocês foram meu fôlego quando me faltava ar, meu norte quando me perdi. Se hoje estou terminando essa graduação, é porque sou forte, e essa força foi construída com o amor e apoio de vocês. Vocês me ensinaram mais do que qualquer sala de aula poderia ensinar, ser mãe é uma pós-graduação que não cabe num *lattes*. Nós três seguimos juntas para sempre em uma construção de afeto profundo, feito de cumplicidade, respeito e superação.

À minha neta, Ana, que chegou quando minha fê já se apagava, agradeço, pequenina, por reacender em mim a vontade de viver. Com sua esperteza, doçura e pureza, transmitidas pela voz mais linda que já ouvi, você me ensinou o amor mais verdadeiro e me deu motivos para sonhar de novo.

Aos meus sobrinhos, Helena, Antônia, Rodolfo, Filipe, Fábio Júnior, Samuel e Heitor, meu carinho e reconhecimento. Cada um de vocês tem um lugar especial no meu coração. Vocês me trazem alegria, orgulho e motivação. São parte dos meus bons momentos.

Aos companheiros das minhas filhas, Lucas e Pedro, minha sincera gratidão. Vocês não apenas acolheram o amor das minhas filhas, mas também me acolheram com cuidado e generosidade. Eles foram presença constante, me ajudando com carinho, me levando à faculdade, cuidando de mim quando precisei. A ajuda de vocês foi essencial, e sou profundamente grata por tudo.

À minha orientadora, Verônica Pessôa, agradeço com um carinho especial. Sua escuta atenta, sua amizade sincera e sua compreensão em cada etapa do curso foram muito além do papel de professora. Foi uma presença que acolheu, orientou e caminhou junto comigo. Obrigada por ser tão humana, parceira e presente.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por ter sido o espaço onde esse sonho antigo ganhou forma, corpo e realização. A instituição onde, aos 49 anos de idade, concluí minha graduação em Pedagogia, um sonho riscado da lista, mas eternizado no meu coração. Mais que um diploma, carrego comigo uma transformação de vida, construída com muito esforço e superação.

A cada um de vocês, minha eterna gratidão. Esta conquista não é só minha: ela é nossa. Obrigada por terem caminhado comigo até aqui.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa trata das condições de trabalho e da valorização profissional das merendeiras escolares no contexto da educação infantil da rede pública municipal, e está sendo desenvolvida como parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia, no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a Verônica Pessoa da Silva.

Tem por objetivo geral analisar as percepções das merendeiras acerca do seu papel nas instituições de ensino infantil, bem como compreender os desafios enfrentados em sua rotina de trabalho, especialmente no que diz respeito à estrutura disponível, à formação profissional e à participação no planejamento da alimentação escolar.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum prejuízo de qualquer natureza.

Solicito sua permissão para que os dados obtidos por meio da entrevista sejam utilizados na pesquisa, bem como sua autorização para a apresentação dos resultados em trabalhos acadêmicos e eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

A Pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Geane de Oliveira Sousa
Endereço: R. São Manoel, 226 / Guarabira/PB.
Fone para contato: (83) 98829-7457